

EXPRESSO

ADUR

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 18 – 10/05/2004 – www.adur-rj.org.br

NESTA EDIÇÃO: SETOR DAS IFES VOLTA A REJEITAR A PROPOSTA DO GOVERNO E REAFIRMA INDICATIVO DE GREVE SEM DATA

GOVERNO PRESSIONA, EXIGE CONTROLE POR PARTE DOS DIRIGENTES E DÁ PRAZO PARA PROPOSTA APRESENTADA

VEJA AQUI O RELATO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

Através da Circular nº 135/04, a Diretoria do ANDES enviou, em 3 de maio de 2004, para Seções Sindicais, Diretores e Secretarias Regionais, informe sobre a Reunião do Setor das IFES, ocorrida em Recife:

“Companheiros:

1. O setor das IFES reuniu-se em Recife no dia 1º de maio/04 para avaliar a construção da greve. A grande maioria das assembléias gerais rejeitou a proposta do governo principalmente porque quebra a paridade entre ativos e aposentados, a isonomia entre docentes da carreira de primeiro e segundo grau e do ensino superior, e vincula o reajuste às gratificações.

2. A concepção que fundamenta a proposta do governo está refletida nos encaminhamentos mais recentes de sua política educacional. O novo texto para o projeto de lei de inovação tecnológica, por exemplo, aprofunda a relação dos docentes com o mercado, tornando-os cada vez mais dependentes dos interesses de empresas que passarão, desse modo, a pautar a produção do conhecimento científico e tecnológico nas universidades públicas, condicionando a remuneração do docente a partir dessa relação. Tal concepção é parte integrante da política salarial de precarização dos serviços públicos levada à frente por meio da flexibilização do trabalho que pretende a redução e eliminação do salário em função da constituição de uma remuneração que tende a ser progressivamente composta de gratificações de natureza produtivista. É parte integrante também das tentativas de

desregulamentação da carreira docente, como a que prevê o projeto de lei orgânica para as universidades do deputado Eduardo Valverde que estimula a definição de diferentes planos de carreira ao gosto de cada universidade, o que contraria a proposta do ANDES-SN de carreira única para os docentes das instituições de ensino superior, incluindo os professores da educação básica, e contribuindo para aprofundar as distorções e distanciamento da conquista do padrão unitário de qualidade entre as instituições. Esta concepção prevê ainda a diversificação do financiamento das IES públicas na direção da captação de recursos extra-orçamentários pelas Fundações ditas de “apoio” que hoje existem para viabilizar a venda de cursos e de todo tipo de serviços das universidades, e que poderão ser “legalizadas” pelo governo federal por meio de projeto de lei de regulamentação das fundações, já elaborado.

3. O setor avaliou que esta política de precarização do trabalho e de flexibilização do salário está articulada também à tentativa de reforma sindical do governo que prevê a anulação da capacidade de resistência dos trabalhadores por meio da subtração da autonomia, independência e combatividade dos sindicatos. O acordo feito no Fórum Nacional do Trabalho modifica a estrutura sindical subordinando as decisões dos trabalhadores e de seus sindicatos às centrais sindicais. Tal acordo transforma a greve num recurso proibido à medida que permite ao patronato interpretar todos os serviços como essenciais podendo, assim, contratar fura-greves e criminalizar práticas como os piquetes. O setor identificou

também que a intenção expressa pelo Fórum Nacional do Trabalho já está sendo praticada pelo governo e pela CUT. O primeiro tenta desconsiderar a CNESF preferindo receber as entidades individualmente, o que fraciona nossa força. A CUT apresenta-se como representante dos servidores públicos dizendo publicamente que a proposta do governo é boa, fato que, em alguma medida, desmobiliza os servidores públicos e confunde o conjunto da classe trabalhadora que acompanha pela mídia essa situação. Portanto, diante desse quadro, não há de fato nenhum sinal da parte do governo em mover-se no sentido de negociar a pauta já apresentada, traduzida em reajuste emergencial e incorporação das gratificações.

4. Considerando os informes e as avaliações dos representantes das seções sindicais na reunião do setor, ficou evidente que ainda temos algumas dificuldades de mobilização para a deflagração da greve, tendo em vista que algumas universidades ainda estão em recesso, impossibilitadas, portanto, de contatar amplamente os docentes e também o fato de que algumas seções sindicais não fizeram assembleia para informar e discutir com os docentes a construção da greve e outras voltaram recentemente do recesso e não tiveram oportunidade de realizar assembleias. Um número significativo de seções sindicais já realizou um trabalho político mais aprofundado e tem conseguido mobilizar os docentes para as atividades de construção da greve. Estes dados que serão apresentados detalhadamente no relatório da reunião do setor, por meio dos informes das seções sindicais, evidenciam que estamos ainda em processo de construção de uma greve forte, mas não nos autorizam a deflagrá-la no dia 10 de maio. Isto nos impõe o desenvolvimento de um calendário que permita a construção das condições para a deflagração da greve.

5. Este foi o entendimento do setor. Reafirmou a rejeição da proposta do governo. Reafirmou a incorporação das gratificações e da linearidade do reajuste. **Reafirmou o indicativo de greve sem data** e transferiu a paralisação do dia 6 de maio para os dias 10 e 11 de maio, data em que estará sendo deflagrada a greve por entidades significativas dos servidores públicos federais, pelo reajuste emergencial e pela incorporação de gratificações. No sentido de fortalecer a mobilização para a deflagração de uma forte greve o setor decidiu **por uma rodada**

de AGs, de 5 a 10 de maio, para discutir a seguinte pauta:

- 1) Paralisação de 48 horas nos dias 10 e 11 de maio pelo reajuste emergencial e pela incorporação das gratificações;
- 2) Paralisação no dia 20 de maio, data de mais uma reunião com o governo federal na MNNP;
- 3) Reunião do setor das IFES no dia 22 de maio/04.

6. O Governo tenta reprimir o movimento tomando medidas punitivas entre as quais consta o encaminhamento da Portaria Nº **84/04, assinada pelo ministro do MPOG, Guido Mantega, para disciplinar procedimentos administrativos entre os quais consta que os dirigentes de recursos humanos dos órgãos da administração pública federal, deverão informar imediatamente ao respectivo órgão setorial, e este a cada período de três dias, ao órgão central, sobre a ocorrência de paralisação total ou parcial de atividade decorrente da participação de servidores em movimentos reivindicatórios** incumbindo assim, as chefias, a delatarem os trabalhadores em greve.

7. O cumprimento deste calendário torna-se imprescindível também em decorrência do fato do governo ter convocado no dia 4 de maio, terça-feira, às 11 horas e 3 minutos, uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente para o dia 5 de maio/04, quarta-feira, às 14 horas, no MPOG, com a Pauta “Reajuste do servidor 2004”.

8. A história de luta do ANDES-SN registra que todas as conquistas obtidas pelo Movimento Docente resultaram do enfrentamento das propostas do governo por meio de greves fortes. Portanto, é compromisso do setor, que rejeitou a proposta do governo construir as condições objetivas para a deflagração da greve. As condições que pretendemos atingir dependerão do cumprimento desse calendário e da superação das dificuldades registradas acima. Realizar as assembleias. Paralisar nos dias 10 e 11 de maio, mostrando para o governo nossa posição e explicando para a sociedade que o desmonte do serviço público prossegue. Paralisar no dia 20 para fortalecer nossa posição na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Avaliar as possibilidades do

Movimento na próxima reunião do setor a ser realizada no dia 22 de maio.

À luta! Unificados em defesa dos serviços públicos e da educação pública, laica, de qualidade social, pelo atendimento de nossas reivindicações.

Prof. Luis Carlos Gonçalves Lucas
Presidente”

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE DA ADUR MANTÉM INDICATIVO DE GREVE

No dia 04 de Maio a AG-Permanente da ADUR se reuniu e avaliou os últimos acontecimentos relativos à Campanha Salarial. A percepção foi de que a categoria docente necessita de maior acúmulo de forças para a deflagração de ações mais incisivas. Deve se reforçar a divulgação dos encaminhamentos que vêm sendo adotados pelo Movimento, ampliando a mobilização. Foram tomadas as seguintes deliberações:

- 1- Manutenção do Indicativo de Greve, sem data; e**
- 2- Distribuição de panfletos nos Institutos nos dias 10 e 11.05.**

Decidiu-se não paralisar nos dias 10 e 11.05 e a paralisação do dia 20.05, proposta pelo Setor das IFES, deverá ser rediscutida na próxima reunião desta AG.

GOVERNO PRESSIONA E DÁ PRAZO PARA PROPOSTA APRESENTADA

Pela Circular nº 136/04, a Diretoria do ANDES enviou, em 5 de maio, para as Seções Sindicais os seguintes informes sobre a reunião da MNNP, ocorrida no mesmo dia: “A reunião teve a presença da bancada sindical com todas as entidades representadas.

Pronunciaram-se pela CNESF, de acordo com o rodízio e com a presença na reunião preparatória, ANDES-SN (1º vice-presidente, Domingues), SINASEFE e UNAFISCO.

Pelo MPOG esteve presente o secretário de Recursos Humanos – Sérgio Mendonça. Outros ministérios estiveram representados pelos seus respectivos secretários. Pela Casa Civil, Sandra Cabral. Pela CUT, Lúcia Reis.

O secretário de Recursos Humanos abriu a reunião agradecendo a presença da bancada sindical, tendo em vista o curto prazo de convocação da reunião, justificado pelo “calendário apertado” e pelo indicativo de greve do dia 10. Afirmou que a reunião foi convocada para que o governo “indicasse a sua posição nesse processo de negociação”. Segundo o secretário, o governo avaliou internamente o processo (com o aval do presidente Lula) e apresenta às entidades o seguinte:

“a proposta de reajuste diferenciado é uma proposta para acordo e, portanto, será sustentada até o dia 21 de maio (prazo final) para um acordo com as entidades. Na hipótese de não chegarmos a um acordo, o governo se reserva o direito de retirar ou modificar a proposta”.

Os representantes da CNESF ressaltaram que na última reunião da Mesa havia sido acordado que tanto a bancada sindical como o governo deveriam solicitar uma nova reunião da Mesa caso houvesse alguma novidade no processo. Neste caso, questionaram qual seria a novidade, visto que a data apontada como prazo final poderia ser informada por ofício às entidades. Informaram que as assembleias das diferentes categorias avaliarão a questão para uma posterior resposta ao governo. Acrescentaram, ainda, que continuam aguardando uma resposta do governo em relação à pauta apresentada.

Após a reunião, houve uma coletiva de imprensa com a bancada sindical e, posteriormente, com o Ministro Guido Mantega.

Na coletiva, o Ministro Guido Mantega ignorou o questionamento dos jornalistas referente ao fato do “reajuste” proposto não ser nos vencimentos básicos, mas nas gratificações e limitou-se a ressaltar o valor que cada servidor receberá no salário final. Reafirmou a disposição da SRH de continuar informando diretamente, por carta, a cada servidor, o teor e as vantagens da proposta do governo. Ao final, afirmou que o governo estabeleceu um prazo para que as categorias declarem se concordam ou não com a proposta. Segundo o Ministro,

será suspensa automaticamente a proposta em relação às categorias que não a aceitarem.

Consideramos que a intransigência do governo, assim como sua disposição para dividir as categorias devem ser denunciadas, e que precisamos construir uma resposta ao governo. Nesse sentido, convocamos as seções sindicais a avaliarem a questão em suas assembleias gerais e a indicarem quais encaminhamentos o ANDES-SN deverá apresentar à CNESF.”

REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE DA ADUR

Dia 11 de Maio de 2004, às 9:00 horas, no Gustavão.

Pauta:

- Discussão do Indicativo de Greve – Rodada da Mesa de Negociação de 04.05.04;
- Proposta de Paralisação no dia 20.05.04;
- Outros assuntos.

ADUR-RJ S. Sind. ELEIÇÃO DIRETORIA DO ANDES-SN

A Comissão Eleitoral para a eleição da diretoria do ANDES-SN biênio 2004/2006, comunica a todos os Professores que as Seções Eleitorais para a prática do voto nos dias 18 e 19 de maio de 2004, estarão assim distribuídas pelo Campus da UFRRJ:

- Seção 01 - Quiosque da ADUR (Listagem geral dos Associados)
- Seção 02 - CTUR
- Seção 03 – Urna para os Institutos:
IA; IV; IB; IF
- Seção 04 – Urna para os Institutos:
IE; ICHS; ICE; IT; IZ

Obs.: Dúvidas e sugestões, entrar em contato com a ADUR-RJ.

Telefones.: 2682-1379/1005 ou ramal 239.